

**QUESTIONAMENTOS SOBRE O NEOLÍTICO DA HISTÓRIA QUE SE
ENSINA A PARTIR DE UM DIÁLOGO ENTRE OS SÍTIOS
ARQUEOLÓGICOS DA ÁSIA OCIDENTAL E DAS TERRAS BAIXAS DA
AMAZÔNIA**

Lolita Guimarães Guerra
Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas
Professora de História Antiga da Faculdade de Formação de Professores da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
lolitag@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta um caminho investigativo impulsionado pelas atividades pedagógicas do curso de História Antiga no âmbito da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Ele surge da necessidade de pensar uma formação do professor de história voltada ao debate e à ação diante dos enfrentamentos do presente. Propomos o estudo do Neolítico a partir de uma abordagem comparativa entre assentamentos oeste-asiáticos amplamente debatidos pela historiografia da Antiguidade e os sítios das terras baixas amazônicas. Essa proposta assinala a relevância de uma ampla reflexão sobre o modelo contemporâneo de ocupação e exploração da terra em nosso país em sua historicidade, ou seja, como resultado de escolhas e ações humanas no passado e no presente.

PALAVRAS-CHAVES: Formação de professores; Arqueologia da Ásia Ocidental; Arqueologia Amazônica.

Introdução

Em um recente encontro realizado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – *Complex Connections Through Material Culture*, 2018 –, o historiador Eduardo Góes Neves provocava os classicistas presentes, convidando-nos a rever os modelos de Neolítico consagrados pela História, centrados no Mediterrâneo e na Ásia Ocidental, ampliando-os em direção à arqueologia de lugares como a Amazônia. Trazida para o contexto de Formação de Professores, essa provocação nos leva a refletir sobre os enquadres cronológicos e geográficos da História Antiga ensinada na Educação Básica e na Universidade. A pré-história do continente americano está frequentemente presente na historiografia escolar, no 6º ano do Ensino Fundamental, porém, não

integrada a uma reflexão maior sobre a Antiguidade, centrada justamente nas sociedades mediterrânicas e oeste asiáticas. Em seu cânon, a História Antiga universitária apenas pontualmente lida com materiais pré-históricos, a fim de introduzir conteúdos sobre agricultura, produção cerâmica e urbanização.

Dentre os saberes pré-universitários, em especial na história escolar, os contextos pré-históricos são instrumentalizados em enunciados ocultos sobre o que deve ser positivado na trajetória humana, o que constitui e o que seria a ‘civilização’. Quando dizemos ‘nossa civilização’, apontamos na direção de identidades validadas e invalidadas por um Estado que hoje instrumentaliza a História e a Escola na constituição de uma memória social de interesse do Capital. Porém, em contexto global, a vasta e profunda pré-história se compõe por uma miríade de contextos complexos que não formam um todo unívoco e coerente. Sua importância para nós deve-se à longuíssima duração de muitas das transformações que, às vezes contraditoriamente, estão na base de ações e escolhas de nosso tempo. Algumas dessas mudanças foram valorizadas pela historiografia (o sedentarismo, o surgimento de cidades e Estados, a escrita, a agricultura em oposição ao extrativismo), porém essa valorização é arbitrária e corresponde a interpretações de mundo que podem ser também transformadas.

Nosso enfoque na agricultura busca contribuir para uma abordagem da história que ponha em destaque a arbitrariedade dos elementos valorizados como fundamentos pré-históricos da ‘civilização’. A economia de bases agrícolas do Brasil responde a interesses macroeconômicos associados ao trabalho no campo que estão na contramão das necessidades de nossas populações camponesas. O caráter fundiário, especulativo e exportador da produção, associado a condições de trabalho degradantes (e explícita escravidão), devastações ecológicas, expropriação e genocídio, lançam luz sobre o Brasil como parte da realidade exposta por Marcel Mazoyer e Laurence Roudart: *aproximadamente três quartos dos indivíduos subnutridos do mundo pertencem ao mundo rural* (2008, p. 26). Majoritariamente, quem passa fome, no mundo, são camponeses ou ex-camponeses: produtores, ou ex-produtores de alimento. Associamos essa informação ao monopólio das grandes empresas agroexportadoras no Brasil, ao desmatamento da Amazônia em seu benefício e à luta incansável dos movimentos sociais pelo direito à terra. Qual pode ser nosso papel nas instituições de produção de memória, em contraposição, porém sob constante vigilância desse Estado a serviço do Capital, que se alimenta das mortes nos campos e nas florestas? Um olhar cuidadoso em direção à pré-

história pode inspirar a tomada de caminhos mais positivos e mais corajosos diante dessas questões.

I. O Neolítico: reduções e polissemias de um conceito

Ao usarmos o termo ‘neolítico’, diversos sentidos se entrecruzam. Segundo Julian Thomas (1999, p. 13), essa polissemia surge, mas também concorre com a expectativa de dar ao ‘Neolítico’ uma definição fechada¹. Remontando à composição de uma ‘pré-história’ da Europa periodizada em três eras sucessivas (pedra, bronze, ferro) pelos antiquaristas do século XVIII, o uso de ferramentas de pedra passou a ser organizado em subperíodos a partir de John Lubbock, na segunda metade do século XIX (TRIGGER, 1996, p. 93-124). Lubbock interpretava o Paleolítico como uma época de compartilhamento da ‘propriedade da Europa’ pelos humanos com a megafauna extinta do continente e observava diferenças e continuidades entre os primeiros momentos do uso da pedra e seus momentos mais tardios, em épocas já com difusão dos metais (1865, p. 2-3). O ‘Neolítico’ especificava o horizonte cronológico de ferramentas líticas sofisticadas produzidas pelos homens do passado profundo da história de uma Europa vista como ‘nação’ e em termos raciais (LUBBOCK, 1865, p. 47).

Desde Lubbock, a associação entre o Neolítico e a agricultura de cereais já se sinalizava como um marcador importante (1865, pp. 133, 153, 191). Ao longo do século XX o termo se ampliou para abarcar elementos que deveriam compor um todo coerente. Em *Man Makes Himself*, publicado pela primeira vez em 1936 e revisado em 1951, Gordon Childe trabalhou no sentido de consagrar a agricultura como parte das transformações que acompanhariam o aprimoramento dos instrumentos líticos. Childe propunha uma ‘Revolução Neolítica’ em que, após o período glacial, gradualmente teriam sido transformadas as relações dos humanos com seu ambiente. Assim, o homem paulatinamente teria tomado o controle da provisão de alimento para si, desde o cultivo de plantas até a domesticação animal (1951, p. 59). Apesar de considerar para sua ‘revolução’ uma ampla gama de cultivos (arroz, milheto, cevada, milho, batata-doce, inhame), Childe concentrou-se em culturas cerealíferas como as conhecidas pela

1 Julian Thomas elencou alguns deles: um horizonte cronológico, um estágio evolucionário, uma forma de economia, um conjunto de relações sociais ou um fenômeno cultural. Assim, ele foi usado para descrever fenômenos variados: ferramentas, práticas, animais, monumentos, pessoas. Busca-se *uma entidade coerente baseada e determinada por um único processo histórico ou evolucionário* e que em termos globais o Neolítico corresponda a *uma totalidade fechada reconhecível por um conjunto definido de traços materiais* (1999, 13).

arqueologia de sítios mediterrânicos, oeste-asiáticos e do vale do Indo (em menor proporção). Tal escolha refletia um discurso de identidade e memória muito particular. Segundo ele, *nas civilizações que mais direta e generosamente contribuíram para a construção da herança cultural de que desfrutamos, o trigo e a cevada estão nas fundações da economia* (CHILDE, 1951, p. 60, grifo nosso). Essa herança adviria de vantagens da cerealicultura sobre outros cultivos: ela supostamente permitia momentos de ócio e, portanto, de desenvolvimento de atividades não relacionadas à subsistência que fariam parte ‘herança cultural’ positivada². Em comparação, a horticultura observada entre grupos nômades contemporâneos, na Ásia, África e América do Sul, seria a *mais primitiva forma de cultivo* (1951, 64).

O modelo construído por Childe, apesar de bastante datado, ainda ecoa numa ‘imagem tradicional’ do Neolítico: produção agropastoril, comunidades aldeãs sedentárias e difusão da cerâmica (LIVERANI, 2016, 71). A identificamos na historiografia escolar legitimada pelo Programa Nacional do Livro Didático (BOULOS, 2015; VAINFAS, 2015) e nos currículos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 e a Base Nacional Comum Curricular em suas três versões (2015, 2016, 2018). Assim, podemos dizer que uma ‘imagem tradicional’ do Neolítico compõe saberes pré-profissionais que poderão ser transformados ou reforçados pela formação do professor de História. Porém, é possível tomar um caminho distinto. Especialistas de diversos campos da História da Antiguidade e da Arqueologia têm há tempos privilegiado o caráter de diversidade das comunidades neolíticas e da organização ou presença dos fatores que comporiam seu modelo ideal, percebendo não apenas sistemas econômicos particulares em termos de grandes regiões (MAZOYER e ROUDART, [1997] 2008), quanto variações no interior de recortes regionais (THOMAS, 1999 [para a Inglaterra]; CHARVÁT, 2002 [para a Mesopotâmia]; BROODBANK, 2013 [para o Mediterrâneo e a Mesopotâmia]).

2 Childe também elencava, para sua ‘revolução’, elementos como o crescimento demográfico e o uso da mão de obra infantil (1951, p. 61-62). As implicações da alocação desses elementos como parte da ‘herança cultural de que desfrutamos’ (o verbo usado é *enjoy*) impulsionariam uma reflexão muito mais extensa do que a pretendida nos limites deste artigo. Da mesma maneira sua ideia do homem cada vez mais no controle do acesso à alimentação. Childe não leva em conta a relação entre os cereais e o controle que será exercido sobre os homens e sobre os campos, mesmo nesse primeiro momento de economia ‘aldeã’, e que se aprofundará, tornando os humanos cada vez menos autônomos quanto à obtenção de comida. Para tratamentos interessantes sobre o assunto, além do trabalho de James Scott (*Against the Grain*, 2017) podemos destacar também o artigo de João Bernardo (*Cereais e Estado*, 2017).

A qualificação do debate sobre a pré-história entre futuros professores depende de uma formação histórica mais apta à crítica dos enquadres curriculares e dos livros didáticos. Quando os observamos, os conteúdos da pré-história do Brasil não dialogam com os relativos aos contextos tradicionalmente favorecidos pela historiografia europeia, centrados na Ásia Ocidental e no Mediterrâneo. Essa separação reproduz a dissociação entre a história antiga do Brasil e a que estaria na base da ‘herança cultural’ valorizada pelo cânon, refletida nas formas como o senso comum encara a nossa pré-história. Em entrevista de 2018 ao site da FAPESP, Eduardo Neves discorria sobre como nosso passado remoto é construído no senso-comum. Aparentemente, há um pessimismo disseminado sobre *nossa capacidade de ser uma nação ou de produzir algum tipo de civilização*. Esse pessimismo se projetaria também no passado quando narramos nossa história a partir de ausências: se nos faltam pirâmides e impérios, então no Brasil nunca houve civilização, mas contínuo atraso. Neves observa um pressuposto segundo o qual nossa condição tropical constituiria um *destino atávico* de estar sempre às margens da História, sem oferecer qualquer contribuição positiva à humanidade. Como consequência, não poderíamos ser sujeitos da História. No entanto, Neves observa um caminho alternativo, de contraposição a essas ideias: nossa arqueologia mostra que onde mais tarde se constituiria o Brasil, as populações mais antigas desenvolveram caminhos próprios. Na Amazônia foram encontradas as primeiras cerâmicas produzidas nas Américas, assim como evidências muito antigas de domesticação vegetal. Porém, a trajetória histórica das populações envolvidas nesses processos não seguiu a lógica evolutiva consagrada nos manuais de arqueologia e naturalizada por eles. Aí está o sentido político de uma pré-história que inclui o Brasil. Neves é enfático em qualificar a ocupação milenar do território tropical como *diametralmente oposta do tipo de proposta que o Brasil está oferecendo para a Amazônia na contemporaneidade – que marginaliza povos indígenas, populações ribeirinhas, e que destrói a biodiversidade em prol de uma alternativa econômica que a gente não sabe se vai ser viável ou não ao longo prazo*. Assim, uma reflexão a partir da história profunda desses distintos modos de vida pode nos ajudar a encarar os graves desafios do presente (NEVES, 2018).

II. Sítios neolíticos no contexto de uma História Comparada

Como parte do modelo normativo do Neolítico tratado em obras de História Antiga editadas no Brasil e de bastante circulação – como *Memórias do Mediterrâneo*, de Fernand Braudel (2001) e *Antigo Oriente*, de Mário Liverani (2016) – destacam-se

dois assentamentos pré-históricos da Ásia Ocidental: Çatal Höyük, na Turquia, e o *tell es-Sultan*, na Palestina. Eles se tornaram conhecidos a partir de movimentos bem distintos: a chamada ‘arqueologia’ praticada por religiosos, na Palestina, desde o século XIX, por um lado, e sondagens superficiais na Turquia, em meados do século XX, sem declarados interesses religiosos. Como projetos institucionais, os sítios pré-históricos oeste-ocidentais se ligam à construção de uma memória eurasiática associada ao monoteísmo, ao neocolonialismo britânico e à construção de identidades para os estados-nacionais no século XX. A história de suas escavações acompanha a história política do monoteísmo e das nacionalidades contemporâneas no contexto da desagregação do império turco-otomano e da entrada do neocolonialismo europeu em terras oeste-asiáticas. A arqueologia assim conduzida visava alcançar a história profunda dos ‘antepassados’ dos próprios investigadores como parte de uma narrativa contínua em direção aos Estados modernos.

A arqueologia do Brasil se desenvolveu por um caminho bastante distinto do da arqueologia europeia. Como destacaram Funari e Noelli (2018, p. 13), as populações antigas pré-cabralinas não se encaixavam na concepção de História vigente à época das primeiras escavações, segundo a qual a História seria a da civilização europeia, e a História do Brasil deveria ser narrada a partir da colonização. Como resultado, as comunidades antigas do Brasil eram lidas por uma antropologia da diferença com o potencial de construir e reforçar um modelo de civilização de bases europeias. A arqueologia da Amazônia surge desse momento, na década de 1860, ligada a estudos geológicos e antropológicos, e dela se desenvolvem pesquisas em torno da cerâmica de Marajó e da terra preta do sambaqui de Taperinha (perto da moderna Santarém) (NEVES, 2016, p. 33-34).

Encaminhamos nossa reflexão para o sítio de Teotônio, em Rondônia, no Alto Madeira. Ele foi escavado pela primeira vez nas décadas de 1970 e 1980 pelo arqueólogo Eurico Miller, ligado ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), conduzido pela ditadura militar em parceria com o Smithsonian Institution (ALMEIDA, 2013, p. 26). Francisco Noelli traz uma crítica aos trabalhos do PRONAPA que é de nosso especial interesse. Segundo ele, a seleção de dados pelo programa ignorava fontes históricas e etnográficas de tal forma que se impossibilitava a percepção de continuidade entre as comunidades indígenas modernas e os vestígios arqueológicos (1999-2000, p. 223). Assim, os primeiros trabalhos em Teotônio não foram conduzidos no sentido de se

pensar uma história profunda do Brasil, o caráter de sujeitos históricos de seus antigos habitantes, ou o lugar dos fenômenos observados no sítio como parte de uma história global. Pelo contrário, era afirmada uma associação entre os indígenas modernos e noções de atraso e primitivismo (NOELLI, 1999-2000, p. 222).

Mais recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (2018-2012) demandou a implementação projetos arqueológicos de contrato conduzidos pela Scientia Consultoria (2009-2010), como parte das análises de impacto relativas à obra. Deles desses se desenvolveu em 2008 o Projeto Alto Madeira (PALMA) coordenado por Eduardo Neves, o qual tem operado em parceria com o sítio escola do Departamento de Arqueologia da Universidade de Rondônia (ZUSE, 2014, p. 142). Essas pesquisas contribuem para a transformação do quadro a-histórico das antigas sociedades amazônicas, em especial pelo olhar histórico ao destacar a importância cultural de Teotônio para a memória e a identidades das comunidades contemporâneas do Alto Madeira (ALMEIDA, 2013, p. 291; ZUSE, 2014, pp. 84-85; NEVES, 2017, 47; KATER, 2018, 62-68, 289).

Vejamos agora a história dos sítios eurasiáticos sobre os quais nos debruçamos. Çatal Höyük foi descoberto em 1958 por David French, Alan Hall e James Mellaart, quando realizavam sondagens superficiais no Planalto de Konya, como parte das escavações de Hacilar, mais a oeste (MELLAART, 1962, p. 41). Na década de 1960 foram realizadas escavações no sítio, lideradas por Mellaart e, mais tarde, de 1993 a 2018, as equipes foram lideradas por Ian Hodder, um de seus alunos da Universidade de Londres. Pelos limites deste trabalho, gostaríamos de apenas sinalizar alguns dos elementos mais destacados pela historiografia que fazem de Çatal Höyük um caso de Neolítico ‘exemplar’ (BRAUDEL, 2001, pp. 61-65; LIVERANI, 2016, pp. 81-88). Surgido entre o VIII e o VII Milênio, seus habitantes exploravam as jazidas de obsidiana relativamente próximas dali (como do Hasan Dag a 145km) e exportavam esse material para outras partes da Anatólia, para o Levante e a Ilha de Chipre. A atividade se associa ao cultivo de três espécies de trigo, de leguminosas e frutas (lentilhas, ervilhas, pistache, amêndoas e cereja), assim como à criação de ovinos articulada à caça de javalis, antílopes, onagros, cervos e bovinos selvagens (talvez em vias de domesticação). Em seus dois montes foram encontrados armazéns e edificações em tijolos crus, além de cerâmica e elementos não diretamente associados a necessidades econômicas, talvez de funções religiosas.

Características semelhantes às destacadas para Çatal Höyük são observadas no *tell es-Sultan*, identificado como a antiga cidade de Jericó. O sítio foi escavado no início do século XX por religiosos, no bojo da arqueologia bíblica conduzida desde o século XIX, na Palestina, com o interesse explícito de confirmar os mitos do *Antigo* e do *Novo Testamento*. A orientação religiosa explicaria, porque pouca pesquisa era até então conduzida nos sítios pré-históricos palestinos (TRIGGER, 1996, 272; LIVERANI, 2016, 28). O importante trabalho de Kathleen Kenyon na década de 1950 nos níveis inferiores de *es-Sultan* transformam esse quadro. Mais tarde, entre 1997 e 2000, os trabalhos foram continuados pelos italianos Lorenzo Nigro e Nicolò Marchetti, e mais recentemente por Hamdan Taha e Ali Qleibo (2009-2011). Como em Çatal Höyük, lá se identificou uma comunidade de bases agrárias, com ocupação estável desde o século X aEC, e associada a ligações internacionais de grandes distâncias e construções monumentais.

O *tell es-Sultan* está localizado em um oásis do Mar Morto a oeste do Jordão, bem próximo a uma fonte perene que era frequentada pelos animais caçados por seus habitantes em épocas pré-históricas. Ele surge entre o X e o VIII Milênio no contexto da cultura natufiana desenvolvida na Palestina, estendida do Negev ao norte do Eufrates (TAHA, 2011, p. 270-271). As comunidades natufianas se instalavam em cavernas e em aldeias de habitações circulares sobre terraços artificiais e, desde o XIV Milênio, cultivavam lentilha, ervilha e grão de bico (WILLCOX et al, 2009, 153; BRAUDEL, 2001, pp. 59-60). Alguns elementos podem indicar crescente sedentarização: fossos para armazenagem de alimentos e a presença de animais ‘comensais’ (ratos e pardais) (BROODBANK, 2013, p. 136).

Também mais antiga que o cultivo de cereais nos sítios natufianos é a arboricultura. Foram encontrados vestígios arqueobotânicos natufianos de propagação de figo por ação antrópica (em Gilgal I, a 13km de *es-Sultan*, por exemplo), datados do X ou IX Milênio, mil anos antes da cerealicultura começar a ser praticada (KISLEV et al, 2006, p. 1372). Como mais tarde em Çatal Höyük, os assentamentos natufianos também estavam envolvidos em trocas de longa distância: lá chegavam conchas mediterrânicas, do Mar Vermelho e do Nilo, além de obsidiana anatólica (BROODBANK, 2013, p. 145). Em *es-Sultan* surgirão entre 10.000 e 7.500 aEC estruturas arquitetônicas permanentes, com habitações de planta circular natufiana (mas de tijolos crus sobre fundações de pedra, algumas com divisões internas), silos e cisternas, uma torre e muralhas (TAHA, 2011, p. 271; BRAUDEL, 2001, 60). A partir de 8.000 aEC, o desenho das casas começa a sofrer

modificações: surgem habitações de base quadrangular, passíveis de ampliações. Observadas em conjunto, essas construções podem significar uma de crescente cooperação interfamiliar (LIVERANI, 2016, p. 77), ou, como Braudel considerou, uma ‘coerência cidadina’, associada à exploração de produtos do Mar Morto como o sal, o enxofre e o betume, que amplia a precoce atuação da comunidade em redes de comerciais (2001, p. 60). A partir de 8.000, com a cerealicultura implementada, se somam à importação de obsidiana a de outras pedras anatólicas, como a nefrita (um dos tipos de jade), turquesas do Sinai e conchas de cauri vindas do Mar Vermelho (BRAUDEL, 2001, p. 60). As habitações do sítio agora apresentam planta quadrangular, sendo possíveis ampliações para acomodação de agregados. Liverani caracteriza esse momento como ‘plenamente neolítico’, com os primeiros sinais de uma estrutura ‘patriarcal’, graças aos crânios de feições moldadas em argila ou cal encontrados nos enterramentos (2016, p. 74).

Culturas neolíticas com trocas em larga escala não são exclusivas da Ásia Ocidental. Em território hoje brasileiro, elas podem ser observadas no sítio de Teotônio em Rondônia, cuja ocupação se estende desde o VII Milênio aEC, às margens de uma volumosa cachoeira no Alto Madeira, entre a Amazônia, o Pantanal e os Andes (WATLING et al, 2018, p. 2). A longa ocupação às suas margens possivelmente se devia à abundância de peixes, porém em 2012 a cachoeira foi aniquilada, graças à construção da barragem para a hidrelétrica de Santo Antônio. A inundação provocou o deslocamento das populações locais que até recentemente viviam de seus recursos, agora pauperizadas e infligidas pelo êxodo rural (NEVES, 2017, p. 47; KATER, 2018, pp. 70, 88).

O papel histórico de Teotônio deve ser pensado em uma longa duração. O assentamento encontrava-se na provável rota de expansão e migração dos povos indígenas pelo continente sul-americano e pode ter sido um dos locais de passagem na base da diversidade linguística e cultural do Brasil antigo (KATER, 2018, p. 125). Os viajantes de diversas origens que subiam o rio Madeira, ao chegarem à intransponível cachoeira, precisavam necessariamente seguir por terra firme, o que tornou Teotônio um lugar de encontros de pessoas, ideias e produtos advindos de lugares muito distantes. Almeida parte dessas condições geográficas para pensar a cachoeira como um ‘lugar significativo’ e um ‘lugar persistente’: por um lado, interpretada por indivíduos ou grupos de acordo com sua posição dentro de uma rede maior de lugares e pessoas, era significada de maneiras muito variadas em um largo espectro espaço-temporal, e assim

materialmente modificada; por outro, a concentração de recursos a tornava atraente a grupos humanos em uma longa duração em que práticas e emoções eram mobilizadas para garantir sua manutenção como território (2013, 191, 289-291). A importância geográfica da cachoeira pode ser pensada também por sua identificação como um ‘ponto de interface’, seguindo a definição do conceito por Mario Liverani: um ponto de confluência por onde trafegam em direções distintas experiências, produtos e pessoas, comportando mudanças de ‘códigos’ valorativos e expressivos, com efeito de fertilização recíproca e, portanto, para a transformação das comunidades numa larga temporalidade (2016, 46).

Os vestígios arqueobotânicos de Teotônio indicam a chegada, por volta de 7.500 aEC, do cultivo da goiaba, uma fruta de origem mesoamericana. Também nessa época tem início do cultivo da mandioca, do pequi e da-castanha-doPará, intensificando-se nos milênios seguintes. Mais tarde (4.500 a 3.500 aEC), chegam a abóbora e o feijão, plantas estrangeiras, domesticadas nas terras baixas da região dos Andes e na América Central. Há também possibilidade de que já nessa fase tenha chegado o milho, mais tarde encontrado com a abóbora em Monte Castelo (planície aluvional do Rio Branco, confluência com o Guaporé) entre 4.500 e 3.200 a.E.C. É nessa época que se inicia a produção da chamada ‘terra preta’, solo antropogênico de alta fertilidade onde são encontrados muitos dos fragmentos arqueobotânicos aqui identificados graças às suas propriedades químicas, em especial o pH neutro, ideal para preservação de vestígios orgânicos (NEVES, 2012, p. 170). Ela pode ter sido o recurso indispensável para a presença de plantas exóticas em Teotônio ao prover um novo tipo de micro-ambiente para a experimentação desses novos cultivares (WATLING et al, 2018, p. 19-21). Os indícios de cultivo no contexto das terras pretas nos fazem pensar em um território cuja realidade material é resultado de transformações complexas do meio ambiente empreendidas pelo homem ao longo do tempo. Essas transformações derivam tanto das circunstâncias de Teotônio como um lugar de contatos e apropriações materiais e imateriais quanto de escolhas sobre as formas de utilização dos recursos naturais disponíveis. O cultivo ali observado não se desenvolveu em grandes campos (como no modelo cerealífero), e nem sempre demandou domesticação. Ao contrário da mandioca, da abóbora e do feijão, domesticados já nas fases mais antigas de Teotônio, frutos como a castanha-do-pará e o pequi não haviam sido domesticados e, portanto, seu cultivo se dava pelo manejo e o cuidado de árvores, provocando assim uma maior abundância e densidade dessas espécies

(NEVES, 2017, 36; WATLING, 2018). Como chama atenção Eduardo Neves, essa realidade é de grande interesse para percebermos os limites de oposições binárias como ‘domesticado’ e ‘selvagem’, ou ‘caçador-coletor’ e ‘agricultor’, tributárias de uma herança cultural europeia e não são funcionais para o quadro amazônico (2017, 36-37).

A heterogeneidade dos cultivos relacionada a trocas de longa distância em sítios como Teotônio e es-Sultan nos leva a afirmar que a reflexão sobre o Neolítico não deve recair sobre uma cerealicultura privilegiada como ‘herança cultural’, mas se estender sobre a arboricultura e o cultivo de leguminosas como fontes de proteína ao lado da caça e da pesca. Uma diferença também importante entre a arqueologia amazônica e oeste-asiática, quando observamos esses dados, são os usos dos materiais escavados pela historiografia. Teotônio é um referencial para pensarmos ocupação e uso da terra, em larga escala, na América Latina, e com implicações para o modelo latifundiário agroexportador que temos sustentado, enquanto lugares como o *tell* es-Sultan são privilegiados para trocas de materiais não alimentares, sem correspondência direta com o trabalho da terra, mas sim com o acúmulo crescente de bens exóticos de luxo, transportados em pequenas quantidades e que não se reproduzem, mas demandam constantes importações. Se conduzida sem uma maior reflexão sobre nossas condições materiais atuais, essa historiografia da diferença pode hierarquizar desfavoravelmente as terras baixas amazônicas. Porém, se assentada sobre claros objetivos político-pedagógicos ela pode constituir um profícuo laboratório para se repensar as noções de civilização validadas pela História e os eixos consagrados que conduzem as narrativas no interior de nossa disciplina.

Conclusão

Eduardo Neves tem tido uma grande preocupação em advogar sobre o território amazônico como resultado de uma ocupação de longa duração, de ação humana continuada, destituindo-o de seu lugar totêmico a imagem de uma Amazônia pristina encontrada pelos europeus quando primeiro adentraram a floresta na época colonial (2016, p. 33). O trabalho demandado para transformação desse quadro é grande, pois a ideia da floresta tropical como uma mata virgem e vazia se traduz em políticas públicas com resultados catastróficos, como no caso da remoção das comunidades de Teotônio graças à destruição de sua cachoeira pela hidrelétrica de Santo Antônio. De fato, não vemos nos sítios amazônicos as grandes construções de tipo ‘público’ como encontradas em es-Sultan. Nas nossas terras baixas, a própria floresta é um monumento edificado pelo

trabalho sistemático envolvendo grandes volumes de pessoas e materiais interconectados. Da mesma forma entendemos a terra preta (NEVES, 2012, 121) onde a maior parte dos vestígios estudados é encontrada, solo enriquecido por deposições contínuas, fundamental para a constituição de uma memória civilizacional. Ali se entranham os documentos materiais sobre os quais a História Antiga do Brasil deve se debruçar na tentativa de traçar um modelo próprio de ocupação do território e uso dos recursos naturais com potencial de contestar em profundidade o modelo agrário exportador de grandes campos que hoje tem sido a tônica da relação do Estado com as terras, as águas e os homens da Amazônia.

Trazida para a formação de professores, a reflexão aqui sinalizada pretende impulsionar alguns encaminhamentos, cuja fertilidade se perceberá na medida de ações pedagógicas e de pesquisa nas Licenciaturas e na História ensinada na escola. Em primeiro lugar, acreditamos ser possível experimentar com os modelos eurasiáticos consagrados pela historiografia em exercícios comparativos que demonstram os limites de sua pertinência e assim impõem a necessidade de se construir parâmetros passíveis de dialogar com realidades históricas mais amplas. A arqueologia amazônica tem um grande potencial de desnaturalizar leituras solidificadas na disciplina, porém, não basta que ela simplesmente figure dentre os conteúdos trabalhados. Resguardada a necessidade de seleção de objetos na construção de nossos programas em História Antiga, acreditamos ser possível tratar o Neolítico por uma abordagem comparada. Ela não apenas deve ressaltar as semelhanças e diferenças entre sítios arqueológicos, mas também fazer transitarem as abordagens e interpretações construídas pela Arqueologia e a História diante dos distintos contextos. A partir do caso neolítico, acreditamos ser possível conduzir novas narrativas para a História Antiga assentadas sobre eixos de ampla relevância global. Não se tratam simplesmente de ‘temas’ (ao que se poderia selecionar a ‘agricultura’, por exemplo), mas de problemas históricos de longa duração, como a ocupação da terra, a construção de redes de contato e a transformação dos recursos materiais pelas comunidades da Antiguidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando Ozorio. *A tradição policroma no Alto Rio Madeira*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa em Pós-Graduação em Arqueologia da USP, 2013.

BERNARDO, João. Cereais e Estado. *Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 8, pp. 136-150, 2017.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História. Sociedade & Cidadania, 6º ano*. São Paulo: FTD, 2015.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2015.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar, segunda versão revista*. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2016.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história*. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Memórias do Mediterrâneo*. Lisboa: Terramar, (1998) 2001.

BROODBANK, Cyprian. *The Making of the Middle Sea*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CHARVÁT, Petr. *Mesopotamia before History*. London: Routledge, 2002.

CHILDE, Gordon. *Man makes himself*. New York: Mentor Books, 1951.

KATER, Thiago. *O sítio Teotônio e as reminiscências de uma longa história indígena no Alto Rio Madeira*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa em Pós-Graduação em Arqueologia da USP, 2018.

KISLEV, Mordehai; HARTMANN, Anat; BAR-YOSEF, Ofer. Early domesticated fig in the Jordan Valley. *Science*, n. 312, pp. 1372-1374, 2006.

LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente*. São Paulo: EdUSP, 2016.

LUBBOCK, John. *Pre-historic times*. London: Williams and Norgate, 1865.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo*. São Paulo: UNESP, 2008.

MELLAART, James. Excavations at Çatal Hüyük: first preliminary report. *Anatolian Studies*, v. 12, pp. 41-65, 1962.

NEVES, Eduardo Góes. Labirinto verde (Entrevista). *Contravento*, n. 7, v. 2, pp. 28-59, 2017.

NEVES, Eduardo Góes. Não existe Neolítico ao sul do Equador. In: BARRETO, Cristina; LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla (Org.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia*. Belém: IPHAN / Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.

NEVES, Eduardo Góes. Perfil: arqueólogo da Amazônia. *Pesquisa FAPESP*. 04 de setembro de 2018.

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia*. Tese de Livre-Docência. São Paulo: Museu de Etnologia e Arqueologia da Universidade de São Paulo, 2012.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 44, pp. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.

NOELLI, Francisco Silva; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Pré-História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

SCOTT, James. *Against the Grain*. New Haven: Yale University Press, 2017.

TAHA, Hamdan. Archaeological excavations in Jericho, 1995-2010. In: NIGRO, Lorenzo; SALA, Maura; TAHA, Hamdan (ed.). *Archaeological Heritage in the Jericho Oasis*. Roma: La Sapienza, 2011.

THOMAS, Julian. *Understanding the Neolithic*. New York: Routledge, 1999.

TRIGGER, Bruce. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. *História.doc, 6º ano*. São Paulo: Saraiva, 2015.

WATLING, Jennifer; GUIMARÃES, Maria. Os primeiros agricultores na Amazônia (Entrevista). *Pesquisa FAPESP*. 29 de julho de 2018.

WATLING, Jennifer; SHOCK, Myrtle; MONGELÓ, Guilherme; ALMEIDA, Fernando; KATER, Thiago; OLIVEIRA, Paulo; NEVES, Eduardo. Direct archaeological evidence

for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. *PLoS One*, n. 13, v. 7, 2018.

WILLCOX, George; BUXO, Ramon; HERVEUX, Linda. Late Pleistocene and early Holocene climate and the beginnings of cultivation in northern Syria. *The Holocene*, n. 19, v. 1, pp. 151-158, 2009.

ZUSE, Silvana. *Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no Alto Rio Madeira, Rondônia*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa em Pós-Graduação em Arqueologia da USP, 2014.